



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

TIPO DA REUNIÃO: 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA TEMÁTICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09 de novembro de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Declaro abertos os trabalhos da 7ª audiência pública que a comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realiza no ano de 2011, sendo a 4ª audiência pública temática do calendário elaborado para discutir o PL 479/11, de autoria do Executivo, que estima receitas e fixa despesas no município de São Paulo para exercício de 2012.

Foi convidada para esta audiência a Secretária Municipal de Abastecimento e Desenvolvimento Social, Dra. Alda Marco Antônio. Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço: www.camara.sp.gov.br, link: auditórios on-line.

Tem a palavra a Sra. Alda Marco Antônio.

A SRA. ALDA MARCO ANTÔNIO – Muito obrigada, nobre Vereador Milton Leite, quero dizer que é uma grande honra estar nesta Casa de Leis ao lado de V.Exa., que é um companheiro antigo e querido, uma pessoa de uma carreira pública que admiro e passei a admirar também seus filhos: o Deputado Estadual Miltinho e o Deputado Federal.

Quero apresentar os membros da Mesa; Milton Persoli, nosso Chefe de Gabinete; Dra. Ângela de Marchi, coordenadora de Cogead e Ruth Guasdali, coordenadora de orçamento na Secretaria. Cumprimento também todos os presentes.

Vereador Milton Leite, V.Exa. me deu uma grande oportunidade de me deixar livre para falar. A peça orçamentária de 2011 é muito parecida com a de 2010 e eu gostaria de expor um pouco o que fizemos com o Orçamento de 2010. Gostaria de colocar na tela ações que grande parte da sociedade paulista ainda não percebeu que estamos fazendo na área da assistência.

- A oradora passa a referir-se às imagens em tela.

A SRA. ALDA MARCO ANTÔNIO - Houve a decisão política no começo da gestão do Prefeito Kassab de implantar o SUAS em São Paulo. O Sistema Único da Assistência Social. O Orçamento de 2009 e 2010 foi amplamente utilizado na implantação e ampliação da

rede SUAS. Como é que é composta a rede SUAS?

O elemento básico desta rede se chama Cras, que é o Centro de Referência de Assistência Social. Esses centros de referência são espécies de delegacias - gosto de fazer esta imagem - de direitos sociais. Elas existiam legalmente em 31 subprefeituras no final da primeira gestão do prefeito Kassab, mas não passavam de guichês de atendimento dentro das Subprefeituras.

Para se ter uma ideia as antigas atendiam em torno de 400 a 500 pessoas por mês e hoje são prédios próprios, com personalidade própria, atendendo em média 1200 a 1500 pessoas. O que é que o Cras faz?

O Cras é um fortalecedor da família que precisa da assistência social. Vivemos numa cidade de 11 milhões e 200 mil habitantes que tem dentro de si outra cidade que precisa da assistência, que precisa do Governo. Esta outra cidade é calculada por alguns estudiosos em um milhão e 200 mil pessoas. Queremos dar conta com estes equipamentos, com os Cras, destes um milhão e 200 mil pessoas que vivem em São Paulo.

Para isso fizemos um projeto que tem uma cara, que tem uma face. Já mostrei vários Cras, hoje são 46 em São Paulo, até o final do ano que vem serão 51 e todos com a mesma aparência. Este projeto arquitetônico, de pintura, foi nos dado de presente pelo arquiteto Rui Otake, e os arquitetos da Secretaria reproduzem em todos os outros imóveis que servem de Cras e de Creas em São Paulo. Quisemos dar uma uniformidade também de atendimento e isso a gente está conseguindo.

Os Cras são de administrações de funcionários ou servidores, não podemos terceirizar este serviço, eles estão atendendo hoje, em média, 53 mil pessoas.

Esta é uma revolução silenciosa que a classe média ainda não se deu conta da existência. A grande imprensa ainda não noticiou os benefícios que esses Cras e Creas estão alcançando para São Paulo.

Estas instalações estão dentro de tudo que prevê a LOAS e a atual legislação

federal, estadual e municipal e estamos alcançando uma verdadeira cobertura porque no Cras hoje - somados desde o começo da administração do Kassab quando nós inauguramos o primeiro Cras na Casa Verde até fechamento no mês de outubro - atendemos perto de um milhão e 800 mil pessoas.

Mais de um milhão e 800 mil pessoas passaram por todos os Cras nestes quase três anos e duvido que uma única pessoa tenha saído do Cras sem levar algo de importante para a sua vida. Ainda que seja uma cesta básica, um pagamento de conta de luz atrasada, uma passagem para algum parente retornar ao seu lugar de origem, um encaminhamento para treinamento de emprego, de trabalho. Estes equipamentos são um orgulho e uma peça importante da criação do SUAS em São Paulo.

Temos dentro da agenda 2012 completados, em 2011, 95% da proposta pronta, restando apenas 5% para completar no ano de 2012. Aqui estamos vendo agora outro equipamento que é uma novidade em São Paulo, que são os atendimentos/dia para moradores de rua. Entendemos no início da gestão que é uma coisa tradicional em São Paulo. Existiram há tempos os educadores de rua, que hoje são os agentes de proteção social que conversam com os moradores, tentando levá-los para os albergues, para um atendimento na rede fixa, e há uma resistência grande. Sempre foi tradicional essa resistência e a verbalização desta população pela negação de ir até a algum serviço e era em função do banho. Sempre diziam que não queriam ir para o albergue porque era obrigatório tomar banho.

Isso nem sempre era verdade porque, às vezes, ele não tem condições de suportar uma fila com três pessoas na frente porque ele já está com sua vida deteriorada e nós entendendo isso, criamos um atendimento durante o dia, pensando assim que a pessoa que passa 24h por dia na rua precisa de um atendimento dia que não tenha muitas regras para que ele possa entrar e sair a hora que quiser e tomar banho se assim o desejar, usar sanitários, cabelereiros, descansar, assistir televisão, ou ter um joguinho.

O mais importante destes locais é o contato com o agente de proteção social, o

contato com o profissional. Porque na rua ainda temos hoje 330 profissionais que trabalham neste tipo de atendimento, mas o contato é sempre mais difícil, o educador sempre está de pé e o morador de rua está sentado ou deitado. Mas, num local como este, não; num local como este, jogando uma partida de dominó, ou jogando uma partida de dama, assistindo junto um noticiário de tevê, ou um jogo de futebol, existe uma proximidade maior, um contato maior.

Este trabalho foi tão bem aceito que hoje já existem seis deles, dois muito próximos da Praça da Sé, no Parque Dom Pedro, um na rua da Mooca, bem no começo, um na Santa Cecília, Rua General Marcondes Salgado, um na Barra Funda e um bem próximo, na Bela Vista, na Av. 9 de Julho. Este equipamento possibilitou uma maior aceitação para os albergues, pessoas que tinham preconceito contra o albergue e passaram a frequentar as tendas e lá podendo ou não, tomando banho oferecido e não obrigatório e fez com que uma grande quantidade destas pessoas aceitassem o equipamento, chamado albergue antigamente, mas a lei hoje diz ser o centro de acolhida para adultos ou para menores de idade.

Esse serviço deu uma nova qualidade ao trabalho dedicado a esta população e nós pretendemos ampliar. Para os próximos dois meses queremos inaugurar mais dois na Av. Alcântara Machado, na Radial Leste. O que tem esse serviço além do convívio, além do corte de cabelo, da socialização? Estamos também tentando atrair para dentro destes locais aquelas pessoas que distribuem comida na rua. Tem um grande número de ONG's e instituições religiosas que levam comida à noite, na rua, para esta população e estamos conseguindo que vários grupos dessa natureza passem a servir o alimento dentro destes locais onde as pessoas possam lavar as mãos, possam comer com toda a dignidade sentadas à mesa, protegidos do sol e da chuva.

Outro equipamento muito procurado por essa população são os tanques de lavar a própria roupa. Então, em alguns locais não temos como colocar tanques de lavar roupa, mas em três pontos da Radial Leste estamos preparando baterias de tanques e locais para estender a roupa, porque há uma grande procura desse tipo de oferta de serviço.

Temos, aí, o CREAS, que é um Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Atende pessoas de altíssima vulnerabilidade. Esse é dedicado à população de rua. Como prevê a lei, temos hoje dois CREAS dedicados só para atender a população de rua. Não é nenhuma discriminação. Só estamos cumprindo a lei que entende ser mais fácil prestar serviços a essa população em um local separado dos demais CREAS – e estamos fazendo isso. Hoje, temos 14 CREAS, sendo dois especialmente dedicados aos moradores de rua. Até o final do ano, teremos 20 desses Centros de Referência.

Estamos vendo uma vista da chamada Tenda da Bela Vista, que presta atendimento aos moradores de rua. Podemos ver a rampa de acessibilidade. Uma parte desse local fica embaixo do Viaduto do Café; a entrada é pela Nove de Julho e vai até a Rua Santo Antônio. Então, há um desnível grande. E esse desnível foi vencido em duas etapas. Na primeira etapa, para cadeirantes, fizemos um elevador. No restante do equipamento temos essa rampa muito bem calculada, e os cadeirantes se locomovem por ela com toda a tranquilidade.

Podemos ver uma atividade de música naquele local. É muito interessante a área reservada às artes. As pessoas realmente se emocionam com a música. Temos levado música de boa qualidade e a resposta tem sido excelente.

Aqui, também, ainda é a Tenda da Bela Vista, que é muito grande. Acredito, por minha percepção e pelos relatórios, que o bairro da Bela Vista já está apresentando uma boa diferença.

Temos o Centro de Acolhida para Adultos. Tínhamos, no começo dessa segunda gestão do Prefeito Kassab, 42 Centros de Acolhida para Adultos. Hoje temos 56.

Esse é um espaço de convivência. É uma sexta tenda que inauguramos. Fica junto ao Complexo do Guaraceia, com entrada pela Avenida Norma Peruchini – um local de grande concentração de moradores de rua que se acomodavam nas calçadas. Então, fizemos com banheiros, biblioteca e assistência. Acima de tudo, atendimento de pessoas especializadas.

Essa é a vista da biblioteca que tem nessa tenda. É muito interessante, porque os livros são muito procurados por parte dessa população.

Aqui temos uma novidade. Esse local todo colorido fica em frente à Sala São Paulo, naquela praça onde existe a circulação das pessoas que fazem uso de crack. Ela está nos primeiros dias de sua vida e terá um forte componente na área cultural. Está dedicada aos menores de idade que fazem uso do crack – menores de idade que vivem nas ruas. Como nesse local é forte a presença de pessoas que fazem uso do crack, então ela está destinada a essa população. O que teremos aí? Teremos os outros elementos que têm nas outras tendas: banheiro; chuveiro – sempre oferecido, nunca obrigado; pessoas especializadas, sobretudo, na área da arte. Teremos espelhos, cabeleireiros, maquiadores e professores de dança. Tem uma pista muito bonita de dança. Vamos trabalhar com capoeira, com dança de rua, para fazermos um atendimento mais firme e mais completo para a população que faz uso do crack.

Nobre Vereador, tínhamos, sob nossa responsabilidade e aguardando um projeto do BID, uma antiga garagem de ônibus com entrada para a Rua Prates. Tínhamos lá vários galpões, muitos jardins e umas casas antigas que estamos transformando em um grande complexo de atendimento e que esperamos que seja utilizado pela população usuária de crack. Vamos incentivar e aumentar, ampliar, insistir com nossos educadores, com os agentes de proteção social que trabalham na Nova Luz, no perímetro chamado de cracolândia, para convidar aquelas pessoas adultas a frequentarem esse local.

O prédio que estamos vendo foi transformando em um albergue para cem leitos de adultos. Esse galpão de seis mil metros quadrados está sendo transformado em uma super tenda. Tem, até, uma quadra de esportes, que pode ser de vôlei, de basquete ou de futebol de salão, mas que terá, também, todos os outros jogos: tênis de mesa, pebolim. Ainda, terá televisão, biblioteca e, acima de tudo, terá os profissionais para entrarem em contato a fim de conduzirem essa população, proporcionando, sobretudo, um tratamento. Digo isso porque é uma população que reconhecemos doente.

Esse é o galpão como ele está hoje: em obras. Essa fotografia deve ter uns dez dias. Ele já está com piso. É um galpão enorme que vai transformar, vai se dedicar a atender àquela população adulta usuária do crack.

Isso ainda é a Rua Mauá. O local é dedicado à população menor de idade usuária de crack. Essa foto traz uma vista por dentro. São duas tendas e há uma parte construída, onde estão os banheiros e a sala de atendimento.

Esse é mais um Centro de Acolhida – Barra Funda II. São 380 leitos. Ficou muito bom esse albergue. Aqui podemos ver uma sala de convivência, no Barra Funda II, com biblioteca. Uma novidade que fizemos e que deu muito certo foi a sala de convivência nos albergues, onde foi possível. Quase todos os albergues da rede, hoje, têm sala de convivência com televisão, educadores, biblioteca e joguinhos. E isso porque quisemos acabar – e conseguimos – com fila em porta de albergue. Felizmente, neste último inverno, não tivemos problema de falta de vaga, nem de fila em porta de albergue. Essa é uma das salas de convivência que construímos na maioria dos albergues.

Essa é uma vista do dormitório do Barra Funda II.

Esse é o Centro de Acolhimento de Adultos Canindé. Fizemos uma reformulação completa no conjunto da antiga Rua da Piscina.

Essa é outra sala de convivência do centro do Canindé. As pessoas são recebidas, ficam sentadas assistindo TV, lendo revistas, enquanto esperam pelo atendimento.

Nesse albergue tivemos a possibilidade de criar uma praça de ginástica leve para a terceira idade. É um ambiente muito agradável porque tem árvores e jardins. Isso ajudou a eliminar as filas que eram imensas, nesse albergue, que é grande. Hoje, ele está com 1260 pessoas e fica no Centro, então ele é muito procurado. Era um problema, para nós, a existência de filas na porta. Elas acabaram por causa das convivências que criamos dentro do próprio albergue. Ainda, foi expedida uma Portaria que estabelece que o albergue tem de receber todos que batam à porta, mesmo que não haja mais vaga. Então, nesse caso, o

albergue tem de fazer o primeiro recebimento e fazer a relocação da pessoa para outro albergue da rede.

Esse é o Centro de Acolhida Castro Lopes. É um albergue de periferia, no extremo da zona Leste. É muito utilizado pela própria população do local.

Esse é o da Vila Prudente, também albergue da rede. Todos mobiliados com todo cuidado. Esse albergue da Vila Prudente, às vezes, abriga famílias e mãe com seus filhos. Por esse motivo, temos uma brinquedoteca.

Isso foi algo muito bom que fizemos na rede: o Centro de Acolhida Emergencial Alcântara Machado. Tínhamos um ponto de conflito: as equipes que trabalham no período da noite ofereciam vaga em albergue. Quando a pessoa aceitava, antes a pessoa era levada para o local em que havia vaga na rede, qualquer que fosse o albergue. E isso era um ponto complicado: chegar às duas horas da manhã em um albergue onde todos estavam dormindo, acender a luz do quarto para acomodar outra pessoa. Então, fizemos um especializado, só para atender a essa população e conseguimos uma tranquilidade na rede como um todo.

Esse é o Sítio das Alamedas, um de nossos orgulhos. É uma morada para idosos. Entramos, agora, nas moradas para idosos. É uma morada com toda a dignidade. Faz parte da transformação da rede de albergues.

Logo no começo da gestão, percebemos que estavam morando em albergues 720 idosos. Sabemos que o albergue não é uma moradia adequada para os idosos. Então, começamos a criar essas moradas. Esse aqui é um antigo hotel, que foi adaptado, onde moram 100, 110 idosos – três em cada dormitório, com banheiro, com todo conforto, assistência e com toda dignidade.

Essa é uma foto que nos mostra uma vista interna. Por acaso, esse é um apartamento que tem duas camas. Temos apartamentos com duas e com três camas.

Também, ainda, a Morada Nova Luz.

Essa é a vista de um antigo hotel que foi transformado em Morada São João. Esse

é um prédio restaurado e não pudemos dar nossa cara - o azul - porque ele é tombado. Mas é um prédio fantástico, que se prestou à moradia de 220 idosos, também com toda a dignidade: no máximo 4 em cada apartamento, com banheiro. Todos os banheiros são adaptados com barras e piso antiaderente.

Felizmente, estamos conseguindo ampliar essa rede de atendimento de idosos.

CAPE – Central de Atendimento Permanente de Emergência. Existia, mas existia junto à CRAS - Sé, em um cômodo só, apertado. Criamos, demos personalidade própria a esse atendimento. Existe, agora, um prédio na Avenida Nove de Julho, ao lado da Tenda, com 14 veículos, com mais de 30 educadores e com uma central telefônica que recebe pedidos e, também, às vezes, espontaneamente vai às ruas oferecer o serviço. Ou seja, pessoas caídas, pessoas passando por alguma dificuldade, ou mesmo o morador de rua que esteja descansando, o pessoal os aborda e oferece os serviços da rede.

Para terminar, a partir de segunda-feira à noite, estaremos contando, novamente, a população. Contratamos a Fundação da Escola de Sociologia e Política para fazer o terceiro Censo de Morador de Rua. Felizmente, escolhemos uma semana que não teve chuva e já estamos fazendo a contagem. Começamos na segunda-feira.

Mostrarei umas fotografias de abordadores.

Esse foi um trabalho que cresceu demais de CCA. Tínhamos 40 mil crianças em atendimento CCA. Hoje, temos 70 mil. Houve, portanto, um crescimento de 30 mil atendimentos de crianças e adolescentes nesses programas.

Esses são abrigos que não mostramos muito, porque são equipamentos mais protegidos.

Não sei se temos as fotos sobre a pesquisa.

Para terminar, o Censo da População de Rua começou na segunda-feira. Ontem, tivemos a segunda saída. São 180 pessoas pesquisadoras, mais coordenadores.

Essas são fotografias da primeira noite dos pesquisadores. Achei fantástica essa

fotografia, porque mostra o morador de rua interessado, acompanhando o que a pesquisadora estava escrevendo! Isso, para mim, é uma grande alegria, porque está sendo muito bem aceito por aqueles que são abordados na rua.

Terminando, quero dizer o seguinte: o Orçamento, como o nobre Vereador já teve conhecimento, a peça orçamentária de 2012 é muito semelhante à de 2011. Em 2011 conseguimos avançar demais na ampliação da rede. Em 2012, ainda que o orçamento seja semelhante, tenho certeza, convicção de que teremos folga para continuar avançando e responder às principais demandas – digo principais porque não conseguimos zerar nunca - mas às principais demandas da área.

Agradeço a paciência do nobre Vereador e de todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Dra. Alda, a senhora falou sobre diversos atendimentos. Este relator tem diversas perguntas, mas reservarei uma parte delas a fim de dar prioridade ao povo.

Da principal verba que a senhora gasta, a senhora não falou: o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar. Gostaria que a senhora dedicasse algum tempo e fizesse uma exposição, porque o maior gasto de sua Secretaria é esse.

Gostaria que a senhora falasse, um pouco, sobre esse Programa, da curva de comportamento desse Programa.

Além desses diversos programas maravilhosos que a senhora apresentou, mas um programa que temos aqui, com uma redução de 9% para 2012, a senhora disse que há uma folga orçamentária. Portanto, minha pergunta é: esse Programa de Renda Mínima Familiar, é possível atendê-lo e como está esse Programa? Gostaria que a senhora fizesse um balanço, desses últimos quatro anos, de pessoas atendidas. O que atendemos com o dinheiro? Em 2010, tivemos 210 milhões; em 2011, 230 milhões; e em 2012, novamente, 210 milhões, em números redondos.

Minha preocupação é a seguinte: voltamos para 2010. Diminuiu a demanda? A população enriqueceu? Não houve necessidade? O que houve com o principal Programa, pelo menos, em nível financeiro, na cidade de São Paulo?

Além da exposição que a senhora fez, estava aguardando que se falasse algo sobre o Renda Mínima, das filas, do atendimento, como anda disso.

Então gostaria que a senhora falasse um pouco a respeito do Renda Mínima e desse comportamento orçamentário, que nesse ano de 2011, apesar de ser parecido, menos 9% para 2012 é significativo, ou as coisas melhoraram ou reduziram o programa. Peço um esclarecimento nesse ponto. Depois vou abrir a palavra para os inscritos.

Por favor, doutora.

A SRA. ALDA MARCO ANTONIO - Perfeitamente. Agradeço a oportunidade que o senhor me dá.

O Renda Mínima é um programa injustiçado, porque ele fica perdido. O que aparece mesmo é o Bolsa Família, em termos de presença e reconhecimento na sociedade. O Renda Mínima é muito mais generoso do que o Bolsa Família, que tem um corte de R\$ 120,00 per capita mês. Quem recebe, na cidade de São Paulo, menos de R\$ 120,00 por pessoa da família, por mês, tem direito a uma complementação do Bolsa Família.

O Renda Mínima tem um corte que é o dobro: R\$ 240,00 por mês. Então ele paga mais do que o Bolsa Família, tem um corte mais elevado e fica desaparecido, porque a presença do Bolsa Família é muito grande, porque é um programa nacional, que está sempre na mídia e o nosso Renda Mínima, que é um programa importantíssimo, geralmente fica esquecido.

Agora, com relação aos recursos, não gastamos só o que vai no recurso, mas gastamos também com um cadastro permanente e um recadastro. Para o senhor ter uma ideia, precisamos contratar permanentemente empresas...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Falando em recadastro, no país havia um

clamo maior de demanda nessa área de renda mínima. É notório que o país melhorou aos nossos olhos e aos olhos do mundo, tanto que hoje ao invés de pedirmos dinheiro emprestado estamos emprestando. Houve uma inversão de faces em relação ao mundo e, principalmente, em relação ao FMI. O comportamento do Brasil é muito bom.

Só que com 210 milhões eu quero entender o gargalo, a demanda em relação ao atendimento. A senhora falou em recadastro, pergunto qual a demanda reprimida nessa área, em renda mínima?

Isso é importante para termos uma noção do real problema que estamos vivendo. Gostaria que a senhora falasse um pouco em função dos últimos números.

R - Vou dizer ao Sr. como estamos fazendo. Em torno de 120 mil pessoas inscritas no Renda Mínima, todas estão passando pelo recadastro. Precisamos verificar, de dois em dois anos, o que aconteceu com essa família, se ela está cobrindo as condicionalidades, que são manter filhos em idade escolar na escola; filhos com as vacinas em dia, ou seja, são poucas condicionalidades, mas são importantes. Precisamos saber também se a pessoa ainda reside na cidade de São Paulo; se ela saiu daquele patamar que precisa daquele benefício ou se ainda é destinatária, merecedora daquele benefício.

Então não é uma tarefa que possa ser cumprida pelos próprios funcionários. Em prefeituras pequenas o próprio Prefeito com seus funcionários consegue fazer esse cadastramento. Na cidade de São Paulo, somando Renda Mínima, Bolsa Família e BPC na Escola, temos perto de quatrocentas mil pessoas.

P – Por ora, estou me atendo ao Renda Mínima para acompanhar essa curva e a fiscalização desse programa, qual o quadro que a senhora dispõe ou se tem convênios, e como é feito o acompanhamento disso. Esta é uma Casa de fiscalização e acompanhamento, às vezes, falam no Tribunal de Contas, mas ressalto que ele é um órgão que serve para nos auxiliar e emite um relatório que podemos ou não aceitar. O Tribunal de Contas é meramente opinativo e sua função é bem auxiliar.

Então aqui, nesta Casa, é que se faz a verdadeira prestação de contas. Gostaria que a senhora nos dissesse qual é o quadro, só no Renda Mínima a senhora falou que tem 120 mil pessoas. Quantas pessoas acompanham, quantas foram glosadas, cortadas porque não havia mais a necessidade de atendimento, gostaria de saber essa curva, quantos foram cortados por não atenderem mais os preceitos mínimos para fazer jus a esses créditos.

R – Vou tentar explicar, porque esse assunto é complexo. Tínhamos, até julho passado, uma empresa que fazia esse cadastramento em sete postos, na cidade de São Paulo. Recentemente, fizemos uma licitação em que vamos passar a oferecer todos os postos do CRAS, como postos de recadastramento, para ampliar o espectro.

As pessoas - em torno de cem, cento e dez cadastradores - foram dobradas, porque o processo é complexo. Não é a Secretaria que inclui nem exclui, é o sistema. Sobretudo, o Bolsa Família é o sistema de Brasília, e aqui é o sistema da Prodan que inclui ou exclui, é um sistema de computador. Não preencheu os requisitos, o sistema exclui, deixa de pagar ou paga.

Para o senhor ter uma ideia, vou dizer como se faz um cadastro pela primeira vez, como eu sei que a pessoa está precisando desse benefício, são técnicos que vão até a residência. Hoje os CRAS estão orientados para fazer uma pesquisa, logo que a pessoa entra no CRAS, sobre transferência de renda. Tradicionalmente o que precisa ser feito: há um entrevistador, geralmente em dupla, vai até a casa da pessoa e faz a entrevista, se tem marido, quem trabalha, quanto recebe, quantos filhos, que idade tem os filhos, se estão vacinados e se estão na escola.

Com esse relatório a pessoa já faz um panorama e sabe se aquela pessoa pode ser incluída ou não. De volta ao escritório é feito o relatório com aquele endereço e o nome, manda-se um telegrama para essa família agendando uma data, para algum adulto da família comparecer com os documentos.

P – Para ficar claro, esses funcionários são efetivos ou contratados? A senhora

disse que era uma empresa que fazia isso.

R – São funcionários ou servidores, a empresa é a cadastradora. A empresa que foi contratada está em um dos postos, que eram seis e agora serão 46, oferecemos todas as sedes dos CRAS para os entrevistadores.

Então uma pessoa que foi agendada vai ser recebida por um funcionário da empresa, que vai preencher um questionário. O Bolsa Família mudou agora para um tal modelo sete, que não faz em menos de uma hora. O cadastrador mais experiente e treinado consegue fazer a entrevista em uma hora. Um cadastrador muito bom consegue cadastrar oito pessoas por dia.

Então mudou o panorama, quando o cadastrador pergunta, por exemplo, tem alguém com algum tipo de deficiência na família? Se sim, muda o fichário. Então estamos em processo de adaptação a uma nova forma de cadastramento.

E temos de atender um pedido do Governo Federal, no sentido de unir os programas como o Governo Federal fez com o Governo Estadual, unir o Programa Bolsa Família com o Programa Renda Cidadã. Estamos em processo de atendimento a essa demanda do Governo Federal. Então vamos, com certeza, partir para a junção dos dois programas, segundo o qual quem do Renda Mínima tiver perfil para o Bolsa Família, vai receber o Bolsa Família e a complementação do Renda Mínima. E quem não tiver perfil para o Bolsa Família, mas tem para o Renda Mínima, continua no Renda Mínima.

Então estamos, nesse momento, numa série de mudanças e adaptações. Em primeiro lugar, a um fichário novo do Governo Federal. Em segundo lugar, a um estudo de recadastramento de toda renda mínima, para saber quem tem perfil para o Bolsa Família, quem não tem e de separação. É um trabalho gigantesco que está sendo feito pela SMADS junto com a Prodan. Então vamos ter, em breve, números exatos para lhe passar.

P – Em sendo 210 milhões, o outro programa é do Governo Federal, os perfis do Governo Federal são diferenciados dos perfis do Governo Municipal, até pela situação sócio

econômica do Município de São Paulo, os valores são diferenciados. A fonte de recurso para o Renda Mínima familiar nosso é do Tesouro Municipal, e a senhora falou que estamos deixando isso nas mãos de empresas terceirizadas.

R – Não. O recadastramento.

P – Pergunto, conheço pouco essa área, mas é uma preocupação, com 210 milhões esse programa não poderia ser conduzido pelos funcionários efetivos da Prefeitura, ou concursá-los, porque largar nas mãos de empresas terceirizadas causa preocupações, particularmente, neste Programa de Renda Mínima. É uma preocupação pessoal, não quer dizer que seja a preocupação da maioria desta Casa. É muito dinheiro, 210 milhões, para largar nas mãos de uma empresa terceirizada.

E até agora não entendi o sistema de fiscalização dessa empresa, quem está fiscalizando e efetivamente acompanhando. Não estou questionando o que é ou não justo, mas os critérios, as formas, se aquilo que a senhora adotou como regra está sendo cumprido. Não estamos julgando os critérios adotados por SMADS, mas saber se esse acompanhamento e os valores referenciados, tanto da forma do procedimento, desde a habilitação das famílias que fazem jus ao crédito ao efetivo acompanhamento, se isso está sendo feito a contento, para amanhã não sermos surpreendidos com notícias desagradáveis, não por culpa da senhora, mas por estar nas mãos de terceiros. É essa a nossa preocupação.

R – Essa é uma preocupação que também temos, tanto que a novidade que existe para os cadastradores contratados trabalharem dentro dos CRAS, é para que o acompanhamento seja mais próximo.

Agora, a nossa preocupação é grande com relação a funcionários e servidores, porque temos poucos. A relação é mil e seiscentos funcionários e servidores para perto de quatorze mil trabalhadores na rede, que são os das entidades parceiras. Já fizemos vários pedidos de concurso e esse é um desejo nosso.

P – A minha preocupação é a sua. É isso. Mais assistentes sociais, mais gente para

a área específica, com um bom plano de carreira. Não tenho nenhum problema com as empresas terceirizadas, mas prefiro que uma área tão sensível e social ficasse nas mãos dos profissionais da área, contratados e que se sentissem satisfeitos em prestar esse serviço.

R – Temos vários pedidos de concurso.

P – É isso, para atender justamente essas demandas. É um sonho daquele que ingressa na carreira social ter um emprego público, uma estabilidade e poder exercer sua profissão.

R – A dificuldade de fazer isso diretamente por funcionários e servidores é tão grande, que o Governo Federal financiou o cadastramento do Bolsa Família o ano passado inteiro, o que custou quatro milhões de reais. Eles reconheceram que era necessário, não havia essa parcela de recursos no orçamento e o Governo Federal bancou a contratação da empresa. Ou seja, há um reconhecimento pelo próprio MDS, da dificuldade que São Paulo tem de trabalhar com um universo de perto de 400 mil pessoas com funcionários.

P – É o que estou afirmando, um programa como esse conduzido por assistentes sociais da própria Secretaria, com um quadro bem estabilizado, reconhecido financeiramente e com um ótimo plano de carreira, esse dinheiro seria muito melhor aplicado, não tenho dúvida, e a população teria melhor retorno e melhor estabilidade de atendimento. Falo isso porque não é possível que haja uma empresa pronta para atender tamanha demanda.

R – Quero fortalecer seus argumentos. São os funcionários que treinam os trabalhadores dessas empresas.

P – Quer dizer, estamos pagando para a empresa ganhar dinheiro.

R – Porque não temos a mão de obra em quantidade, são os próprios funcionários que treinam os operadores.

P – Essa é a nossa preocupação, se ninguém tem esse quadro, o Governo Federal não tem essa mão de obra, será que uma empresa tem, no bolso do colete, essa mão de obra para fornecer pronta e treinada no outro dia. É isso que estou tentando passar para a senhora,

ninguém tem isso pronto. Temos de produzir isso na Secretaria com concursos, preparar esse quadro para não gastarmos tanto.

R – Também porque isso vai ser permanente, Vereador, é bom ter esse quadro.

P – O problema social tende a piorar nesse país.

R – O recadastramento é constante e contínuo, é preciso ter um quadro só para isso.

P – Se não for nessa área, hoje, por exemplo, há o problema do crack, amanhã será de outra natureza. A demanda social é permanente no Brasil e no mundo, não é possível não ter um quadro. Não conheço nenhuma empresa que tire do bolso do colete um quadro que nem o Governo Federal tem. Não é possível. Essa é a nossa preocupação.

R – E a minha também.

P – Por isso estou clamando publicamente que sejam realizados concursos, que se preparem os servidores, que eles tenham um bom plano de carreira, para que eles tenham estabilidade, trabalhem satisfeitos e cuidem do programa com amor, porque quando vão para a universidade já sabem o que vão enfrentar. Esse é o nosso sonho, que esses profissionais prestem um concurso na maior prefeitura do país, tenham um plano de carreira, prestem serviço e que possamos gastar esse recurso, habilitados que estaríamos se tivéssemos esse quadro já disponível, inclusive, para firmar convênio com o Governo do Estado e com o Governo Federal, que também não tem esses quadros.

Na verdade, todo mundo fica olhando os assistentes sociais desempregados no país, nas mãos de empresas terceirizadas, gerando lucro para poucos empresários. Na ponta da linha é isso, o melhor salário que poderia ser pago é convertido em lucro para algumas empresas. Minha opinião pessoal é que seria melhor realizar concurso público, não sei se essa opinião converge com a opinião da maioria desta Casa.

Passarei a palavras às pessoas inscritas, que poderão falar por tempo não superior a três minutos. A Dra. Alda vai anotar as perguntas e as responderá em bloco. Em seguida

falará o Vereador Floriano, nosso ex-Secretário, para darmos prosseguimento à audiência. Lembro que o nosso tempo é extremamente limitado, por isso peço que todos falem por três minutos; depois podem formular por escrito a proposta específica, que a Comissão vai apreciar e debater com a Secretaria. Falem em três minutos e escrevam, para ficar bem pontuado. Senão a gente faz discurso, depois não escreve nada, fica a palavra ao vento. Eu preciso das coisas específicas.

Na ordem de inscrição: Dora Lima, William Lisboa, Urubatã, Otávio Silva, Fernanda e Laerte. Cada pelo tempo de três minutos. Podem falar, os pontos específicos podem ser formulados para a Dra. Alda. Dora Lima, por favor.

A SRA. DORA LIMA – Bom dia a todas e a todas. Sou Dora Lima, da Agenda 21, uma agenda de compromissos para o século 21. Moro na Subprefeitura Sé há 35 anos e quero registrar que o que a Secretária apresentou é muito bonito no papel. Eu moro na Bela Vista, em frente a esta Câmara e realmente não é verdade o que acontece. Aproveito e convido a Secretária para passar uma noite conosco aqui na Bela Vista.

Quero dizer o seguinte: estou sabendo – também fui na Cesp – desse censo. Sou educadora ambiental e social também. Há tempos a gente sugere que seja feito um censo qualitativo. Não posso jogar no albergue deficientes, drogados. Então é preciso qualificar essa população em situação de rua para gerar políticas públicas. Censo não é para contar, é para incluir, para fazer inclusão social. Claro, se eu não qualifico, eu não sei se tenho deficiente, se todo mundo é vagabundo, que é o que chamam. População de rua não é vagabundo. Tem muita gente doente. Já acolhi várias pessoas que perderam documento e estavam na rua. Ficou dez dias na rua, fica mais difícil sair.

Outra coisa: eu gostaria de saber se a Secretária e os vereadores conhecem a Lei 12.316, de 97, que no seu artigo 6º diz que essa lei deve ser inclusa no orçamento, e eu não vi no orçamento a inclusão dessa lei. Por quê? Essa lei, sim, é de inclusão social. Não adianta fazer tenda. Morador de rua quer saúde, quer trabalho, quer educação, quer cultura, quer ter

banho, quer ter a residência dele. Portanto essa lei é uma inclusão social, elogiada por vários promotores públicos, inclusive fora do Brasil, porque ela é perfeita. Como é perfeita, ela não é colocada no orçamento. A lei diz que as Secretarias devem trabalhar juntas, Educação, Saúde. Chega de assistencialismo. Morador de rua não quer só tomar banho, não quer só brincar. Ele quer realmente viver com a família dele.

Com relação à renda mínima, precisei levar duas moradoras da Bela Vista. Ela deveria ser recadastrada, mora na Sé e foi convidada a fazer seu recadastramento na zona Leste, em São Mateus. É impossível. Eu precisei entrar na promotoria pública para que essa senhora fosse atendida na Sé. Então realmente é um desrespeito nesse recadastramento. As pessoas que estão... como eu disse ao Vereador, essas pessoas não são qualificadas para trabalhar com essa população. Encerro dizendo: há muita gente desempregada e competente. Precisamos colocar no orçamento para que esse concurso público seja efetivado.

É só isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – William.

O SR. WILLIAM – Bom dia à Mesa. Bom dia a todas e a todos. Gostaria de me manifestar com relação ao repúdio pelo escasso tempo que está sendo disponibilizado para tudo, inclusive pela não apresentação do vídeo como vem acontecendo nos anos anteriores. Nós recebemos um folheto que não é de acesso de todo mundo para tomar conhecimento do orçamento, então fica muito difícil, numa audiência pública, a gente se colocar e se pronunciar com relação a cortes, diminuições, ampliações de orçamento. Acho que deveria ser de uma forma mais democrática, possibilitando aos participantes da assistência social um conhecimento mais profundo do orçamento. O orçamento está disponibilizado no Diário Oficial. A população tem possibilidade de acesso a ele? Não tem. A grande maioria não consegue. Só a grande militância mesmo é que consegue ter conhecimento com relação a isso.

Com relação ao orçamento que a gente tem em mãos, esses formulários que foram copiados para que a gente tomasse um contato com o orçamento, nós percebemos que com

relação ao fundo municipal nós temos uma permanência, pouco mais de 10%, que sequer corresponde à inflação que nós temos. A gente sabe que o crescimento de projetos, como foi até apresentado pela Dra. Alda, e que da mesma forma com que, em termos de números de atendidos e números de convênios são ampliados, e em se mantendo uma proposta orçamentária num nível quase similar, sem nenhum crescimento, e bem abaixo daquilo que... olhando pela coluna aqui nós vemos que nós temos uma atualização bastante crescente em 2011, se em 2012 já se prevê quase 40 milhões abaixo, automaticamente nós vamos ter que continuar com o chapéu na mão implorando reajuste, implorando uma série de atualizações que normalmente não vêm, como é o caso, por exemplo, do repasse da atualização do pagamento dos funcionários que já ganham uma miséria. Mesmo com os acordos para que haja uma atualização a gente acaba não recebendo esses valores. Eu entendo que vai ser necessária uma justificativa, que esta Casa solicite uma atualização de orçamento minimamente a partir dos 644 milhões que já foram lançados e já foram atualizados em 2011.

É só isso. Eu entendo que não contemplei todo o período que me era possibilitado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só esclareço algumas coisas. As pessoas sempre clamam pelo cumprimento da lei. Eu não faço mais aqui do que cumprir a lei. William, o tempo de três minutos não sou eu que estipulo. Eu cumpro a lei. Desde 1991 é lei nesta Casa, é artigo da lei que trata das audiências públicas. Na seção 10, das audiências públicas, o artigo 86 fixa o prazo de três minutos. A assessoria pode mostrar. Não somos nós que criamos. Senão as pessoas podem dizer: “O vereador ditador foi lá e deu três minutos”. O tempo é exíguo não porque eu queira.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Fique tranqüila que eu vou prorrogar o prazo.
Urubatã.

O SR. URUBATÃ – Bom dia a todos. Bom dia a todas. É o seguinte: Eu gostaria de saber... Eu sou usuário de albergue e o que a D. Alda Marco Antônio apresentou aqui não bate

com aquilo que realmente tem acontecido, tem surgido no Município de São Paulo. Essas tendas praticamente, para mim, no meu parecer, têm sido uma maquete, porque coloca as pessoas praticamente até 11h da noite ou 10h da noite, depois elas voltam para o seu “habitar” natural que são as calçadas.

Acho que realmente, D. Alda, tem que ter uma qualificação. As tendas... que a senhora está falando que as pessoas não querem os albergues. As pessoas querem, sim. Mas quando chega nas tendas existe uma limitação de pessoas, de vagas em albergues. Inclusive na tenda Nove de Julho existem senhas. A gente vai até lá, tem uma senha para poder pegar, para as pessoas poderem ir até o albergue. Eu falo para a senhora uma coisa: como que a gente pode falar algo que realmente não está ocorrendo? Entende? As pessoas não são difíceis de você chegar e conversar com elas. Mas praticamente o trabalho das tendas tem sido inqualificável para mim, entende? Tudo bem a importância do banho, a importância de a pessoa estar limpa; isso é muito mais importante. Mas o serviço não está condizendo com aquilo que a senhora está dizendo, entende?

Agora, de fato, vou falar aqui, esclarecer uma coisa. As pessoas que estão no meio da rua, elas não deixam de querer trabalhar. Eu estou há um mês desempregado, fui mandado embora de uma empresa. Voltei para a rua de novo. Quer dizer que quando a senhora chega, vai até a *Folha de São Paulo* e fala que tem trabalho mas eles não querem, isso para mim afronta o morador de rua, certo?

Outra coisa: o trabalho com morador de rua não é somente social, ele também inclui a saúde. Muitos moradores de rua estão doentes, e albergue não é hospital. Está cheio de albergues, mas os funcionários não são enfermeiros para poder dar medicamento. Eu estou vindo de um albergue lá em São Mateus, onde os funcionários medicam os próprios usuários que estão ruins. Tem que ter uma ampliação nesse projeto, tem que ter uma qualificação no projeto de albergues, tem que ser revisto isso aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Otávio.

O SR. OTÁVIO – Bom dia a todos. Sobre a realização do terceiro censo da população de rua, alguns problemas de ordem operacional ocorreram no decorrer desse primeiro, segundo dia, na realização da (ininteligível), gerando uma grande preocupação gerencial de alguns problemas derivados. Por exemplo: alguns fornecedores faltaram com instrumentos para a realização da pesquisa, com *i-pads*, em boa parte das regiões da Cidade, dos territórios de abrangência do campo. Aí eu quero não pensar num certo comprometimento na qualificação da pesquisa, até também porque ainda é muito cedo.

Outra preocupação é de cunho também metodológico: se poderemos usufruir todos, mas todos os dados das pesquisas, sendo esses relacionados com as anteriores realizadas pela Fipe, e os dados gerados a partir agora da Fesp, reconhecendo o rigor científico das pesquisas e se esse vai estar sem a influência de conotações político-partidárias e do Governo; se isso vai ser totalmente aberto. E se tem uma preocupação também do que vai ser feito com esses dados, porque população de rua tem tido certas dificuldades no atendimento direto, e se a atual gestão tem medido como vai estar usando essas informações e para que, em vista de tantas pesquisas realizadas e o que praticamente tem feito com a população em situação de rua em vista da coleta desses dados.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Laerte.

O SR. LAERTE BRASIL SANTOS DE OLIVEIRA – Eu sou Laerte Brasil Santos de Oliveira, presidente da Ação São Paulo Sustentabilidade e Vida e também presidente da Federação Nacional dos Treinadores de Futebol e de Desportos (ininteligível) recentemente.

Infelizmente o Brasil é um dos piores países em distribuição de renda do planeta. (Ininteligível) pesquisa que eu fiz dez anos atrás, hoje nós temos 45 milhões de “cidadões” considerados miseráveis, que não têm nenhuma renda mensal. Dez anos atrás, participando de um seminário temático em Belo Horizonte para a campanha do Lula, apresentei o projeto do Bolsa Família para ser destinado para esses “cidadões” sem renda. Mas no outro ano do

mandato do Presidente Lula esse projeto aí foi usado para desvio de dinheiro através do Ministério de Desenvolvimento Social.

Além disso, 38% das pessoas cadastradas são pessoas de alto padrão, vamos dizer, financeiramente, que não dependem desse projeto, que são, vamos dizer, cabos eleitorais do partido. Inclusive o Governo Federal usa o projeto para fazer filiação no Partido dos Trabalhadores, ilicitamente, enquanto famílias que dependem do projeto Bolsa Família ficam à mercê, sem ter acesso a esse projeto.

Além disso, vou encurtar aqui um pouco, o cadastramento está sendo, vamos dizer... como eu falei, 38% são pessoas que não dependem do Bolsa Família. Não estou dizendo que é o caso aqui da Prefeitura de São Paulo. Mas a pergunta que faço é a seguinte: a senhora tem os dados de quantos tem cadastrados hoje no projeto Bolsa Família através da Prefeitura e qual a faixa salarial dessas famílias?

Era o que eu tinha a dizer e obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou insistir numa coisa: É sempre importante ouvir as pessoas, mas esta é uma audiência pública para tratar do orçamento. Eu não me recuso a ouvir tudo o que nós falamos. Eu sou democrático e a tribuna é livre. Eu peço que pontuem. Se não falarem no microfone para a Secretária responder da peça orçamentária, dizendo: “Olha, quero que mude isso. Estou propondo que mude esse programa assim ou assado. Gostaria que remanejasse verba daqui para lá. Gostaria que houvesse mais recurso aqui ou acolá”. Se não falar no microfone, podem fazê-lo por escrito, porque senão vai ficar uma audiência pública que vira um debate de teses que eu não me furto a fazê-lo, eu vou insistir nisso. Não me furto a ouvir, sou democrático, deixo falar livremente, não corto a palavra de ninguém, desde que não haja ofensas pessoais. Só corto se houver ofensas pessoais. Ademais, insisto nisto: é audiência pública para tratar do orçamento da cidade de São Paulo. Na condição de relator, posso modificar o orçamento desde que ausculte propostas sustentáveis. Quero diminuir o Renda Mínima para aumentar verbas para o Cras. Preciso ouvir

propostas sustentáveis. As pessoas falam, falam, mas não encaminham propostas por escrito. Aí dizem: “Olha, estou insistindo nisso para nós nos situarmos em tempo e espaço...” É o que estamos fazendo. Estamos aqui para tratar da peça orçamentária, mas eu não ouvi ninguém falar de nenhuma rubrica orçamentária em que fosse encaminhado uma modificação. Não houve. Não recebi até agora. Disse que há um formulário para as pessoas fazerem por escrito. O orçamento está na internet. Se precisarem de cópia, dou cópia do orçamento desta pasta, por meio da Secretaria. Se não tiver dinheiro para imprimir, peço que dê às pessoas que assim o desejam para propor por escrito o que desejam fazer. Do contrário, eu falo, falo, escuto, ouço, e isso é recorrente, não só nesta audiência pública, insisto nisso, para que os Vereadores Floriano e os demais que estão nos acompanhando entendam. Vira um debate de teses e proposituras que não se convertem em números e encaminhamentos. Isso aqui é uma audiência pública do orçamento.

Vou continuar a chamar os inscritos. O próximo é o Carlos. Depois, a Nazaré. Depois, a Ana. Não havendo mais inscritos, dou por encerrada a inscrição, para que a Secretária e o Vereador Floriano Pesaro façam suas formulações. Ainda que não haja inscritos, os encaminhamentos por escrito poderão ser feitos para o Relator, na Secretaria da Comissão de Finanças e Orçamento. Se não quiserem encaminhar hoje, podem encaminhar amanhã, pelo prazo de mais ou menos uma semana, dez dias. Eu vou acolher. Àqueles que nos acompanham pela internet, esclareço: eu posso acolher. Vou estudar as propostas pontuais que chegarem por escrito. Se não quiserem declinar hoje, podem enviar à Secretaria para que a relatoria possa apreciar. Insisto nisto: se não expressarem por escrito, fica difícil. Ouvi diversos falarem, mas ninguém disse: “Desejo que a Secretária modifique o orçamento assim”. Ou clamem por mais recursos para o Renda Família ou para uma área específica. É importante que pontue: “Quero nessa rubrica isso, aquilo”. Isso é muito importante, por favor.

O SR. CARLOS NAMBO– Bom dia a todos. Cumprimento as autoridades da Mesa. Meu nome é Carlos Nambo, Fórum da Assistência Social e também conselheiro do Comas –

Conselho Municipal de Assistência Social, mas não o represento neste ato.

Sra. Secretária, nós tivemos uma proposta orçamentária da Smads que passou pelo Conselho Municipal da Assistência Social, e houve alterações para envio para o Planejamento. E no Planejamento houve um corte desse orçamento. A minha pergunta é qual o percentual de corte que houve do Planejamento para vir para a Câmara Municipal.

Até enobreço a proposta orçamentária no que se refere ao acréscimo da verba adicional dentro do Orçamento. Esse corte do Orçamento, tendo em vista que o Comas fez a análise dessa proposta orçamentária e fez o crescimento, que contemplava vários itens, terá um impacto na verba adicional, na verba de um reajuste previsto de aproximadamente 7,5%, na ampliação dos serviços, e haverá impacto porque teremos o desdobramento da situação do acolhimento institucional na cidade de São Paulo.

Não se sabe que política pública acontecerá em relação ao acolhimento institucional. Então, esse corte do planejamento, queria saber, esse percentual, porque estou falando do orçamento da assistência no global. No global, então, a proposta seria um acréscimo desse percentual no global da assistência para contemplar o que foi aprovado no Conselho. Inclusive, para encerrar, o Conselho Municipal criou uma nova comissão permanente em que ampliamos a parte do controle social na cidade de São Paulo em relação às deliberações das conferências. Inclusive, o orçamento do Conselho Municipal foi reduzido e isso também impacta nessa ação do conselho na parte do controle social. Então, assim que a Sra. Secretária responder o percentual que foi cortado pelo planejamento aí nós, pelo Fórum da Assistência vamos fazer a solicitação de reposição desse corte.

A SRA. NAZARÉ – Parte do que ia falar o Carlos contemplou mas quero chamar a atenção aqui neste formulário que recebemos, na segunda folha o Fundo Municipal foi atualizado em 30/09 e na proposta feita para 2012 há uma perda de 40 milhões, aproximadamente. Gostaria que a Secretária ajudasse a gente a refletir um pouco. Ele foi atualizado em 30 e, na proposta, cai para 40 milhões. Fiquei, não sei, estou numa mistura de

alegria e preocupação, com a fala da Dra. Alda de que haverá uma folga no orçamento. Estamos presenciando este ano que para a gente, para as organizações de trabalhadores não houve folga este ano. Até agora não conseguimos reajuste dos serviços. Gostaria que a Dra. Alda explicasse um pouco de onde vem esta folga no orçamento, como os serviços serão contemplados nessa folga em termos de reajuste dos convênios porque me sinto contemplada na maior parte da fala do Carlos.

A SRA. ANA – Quero tirar algumas dúvidas até para poder qualificar um pouco mais a nossa intervenção nessa área. Duas dúvidas são de desconhecimento e domínio do orçamento. A primeira é qual a razão da não execução da verba do BID. Não foi, até agora, nada executado. É um programa importante e por que a diminuição na atualização, de 7,8 milhões para 2 milhões de reais. Essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta também de desconhecimento do orçamento até para qualificarmos um pouco mais, é sobre o fechamento dos CRECAS que foram fechados, o recurso está em abrigo e eu queria saber qual é a diferença. Se dá para distinguirmos o impacto do fechamento dos CRECAS no orçamento do abrigo e como está a relação com as conveniadas que cuidavam desse serviço visto que participamos, esta Casa realizou uma audiência pública para tratar do assunto e foi bastante relatada a falta dos recursos e fechamento dos CRECAS, esse serviço tão importante para a Cidade.

A outra questão é que se falou bastante do Bolsa Família contrastando com o Renda Mínima e queria saber quantas famílias há cadastradas no Bolsa Família na cidade de São Paulo, visto que sempre foi uma dúvida e em toda a eleição isso é citado.

A última pergunta é sobre o que a sociedade acompanhou bastante nos últimos meses: a questão da internação compulsória feita no Rio de Janeiro. Em São Paulo havia um projeto, a elaboração de um projeto de lei na Secretaria de Assuntos Jurídicos e há um grupo de trabalho sendo articulado em que a Secretaria, pela relevância do tema, deve fazer parte. Gostaria de saber o que há de concreto para a ação da internação compulsória. Como está o

desenvolvimento desta proposta, qual a opinião da Secretaria e, se houver execução em 2012, qual é o orçamento destinado para esta ação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Antes de passar a palavra à Secretária vou colocar algumas perguntas minhas em bloco relacionadas ao Fundo e emendas dos srs. Parlamentares. Alda, vou passar para o Floriano para que a Alda responda todas em bloco. Se observarmos no Fundo de Assistência Social, na rubrica 2032, há 100 mil reais disponibilizados para o fundo que não foi utilizado. Na 2033 há mais 100 mil reais. Na 2118 mais 250 mil, na 2134 mais 50 mil; na 2149 mais 100 mil, na 2164 mais 100 mil; na 2176 mais 100 mil. Nenhum desses recursos foi empenhado. Perdão, só a 2118 que foi empenhado metade do valor. Se continuarmos vamos ver que a Câmara Municipal disponibilizou mais recurso. Esse recurso que estou mencionando são recursos que os vereadores colocaram a mais e estão disponibilizados e não foram utilizados. Não vou falar o registro da rubrica de um real, que era simbólico, mil reais, que seria sugestão para o programa. Na 1258, no fundo 89 mil não foi empenhado, não foi executado. Na 1262 400 mil reais não foram empenhados e não foi utilizado em nada até agora. Na emenda 918, construção da Casa, melhoria na Vila Brasilândia, zona Norte, 250 mil reais. Não foi utilizado. Na anterior, para que os presentes entendam, foi uma emenda de vereador, a emenda 907, implantação de projeto de integração do Centro de Assistência Social N. Sra. da Piedade, estrada da Cachoeirinha, 400 mil reais. Não foi utilizado nenhum real até agora. Estou fazendo essas perguntas porque os Srs. Vereadores vão me cobrar. Em bloco. Na 3163, construção do Centro de Atendimento de Referência São Mateus, 400 mil reais, não foi empenhado nada até agora. Vou citar só o número da emenda: 3167, 15 mil reais, não foi utilizado nada. Da 3167, novamente, 50 mil reais. Da 3168 mais 50 mil novamente. Na 3176 mais 100 mil. Estou dando as emendas significativas, Sra. Secretária. As de menor valor não vou dar. Aqui tem algumas significativas. A 3533, 200 mil reais; 3563, 100 mil reais; 3568, 200 mil reais; da 3570, 200 mil reais; 3573 200 mil reais. Esses recursos são ofertados no orçamento da partida de 2011, atualizados até

agora e não foram gastos.

Passo a palavra ao Vereador Floriano para que formule as perguntas. Assim a Sra. Secretária poderá responder em bloco.

O Vereador Floriano Pesaro fará as perguntas e, em seguida, devolvo a palavra à Secretária para responder às minhas e às demais em bloco.

O SR. FLORIANO PESARO – Obrigado. Cumprimento os presentes, a Secretária Alda e a sua equipe presente. Esse é o momento mais importante, só não seja mais importante do que a nossa conferência, não é, Alda. É o momento mais importante da política de formulação da política de assistência social na Cidade, que é o momento do orçamento. Acho que aqui é o momento em que temos condições, de fato, de avaliar quais são as prioridades, despidos dos argumentos e recursos da retórica e recursos políticos. Aqui, de fato, Vereador Milton Leite, V.Exa. que é relator do orçamento pelo quinto ano consecutivo, é isso? Já perdeu a conta. Mas, por conta da especificidade. De fato, aqui, diria que temos a total transparência do que foi feito e do que será feito. É no orçamento que poderemos, de fato, avaliar quais são as prioridades de uma determinada gestão. Por outro lado o reconhecimento de uma gestão também se dá por porte do dirigente maior, no caso, o prefeito da Cidade, pelo volume de recursos destinados à determinada área. É curioso o orçamento – e o Vereador Milton Leite sabe bem disso – o orçamento de 35 bilhões de reais tem de ser priorizado do ponto de vista macro e aqui estamos avaliando um segmento das políticas públicas. Neste segmento estamos avaliando quais são as prioridades.

Quero dizer, em primeiro lugar, Secretária Alda e nossa Vice-Prefeita, que o crescimento dos recursos para assistência social é uma demonstração óbvia, evidente, cabal, da prioridade que vem sendo dada à área ao longo dos últimos anos. Doa a quem doer. Eu recebi um orçamento em 2005 da ordem de 184 milhões de reais, planejado no último ano da Professora Aldaíza. No meu último ano em que fui secretário, em 2007, planejei um orçamento para 2008 da ordem de quase 450 milhões de reais. Hoje estamos discutindo um orçamento da

ordem de 600 milhões no Fundo e 340 milhões. É quase um bilhão de reais. Ou seja, é um crescimento histórico impressionante. Aqui são números. Como eu disse o orçamento é bom porque ficamos aqui com absoluta transparência nos valores que estão sendo executados e nas prioridades que estão sendo dadas. Eu não posso iniciar minha avaliação sobre o orçamento proposto sem elogiar a decisão do Prefeito – e evidentemente que é um reconhecimento do trabalho que vem sendo feito – de alocar recursos.

Também verifico que há uma alocação de recursos em áreas que me parecem estratégicas. Quando se iniciou essa gestão da Secretária Alda muito se falava do cumprimento das novas resoluções e da nova orientação fruto da constituição do Sistema Único de Assistência Social e dos novos marcos legais e jurídicos da legislação da Assistência Social. Isso fez com que muitas dúvidas surgissem sobre quanto seria destinado à aplicação de recursos em convênios, ou seja, em execução de serviços, através do atendimento parceirizado – com as organizações não governamentais – e quanto seria investido em equipamentos e mesmo pessoal da administração direta. Ou seja, prédios estatais e pessoal servidor público. Lembrava o Vereador Milton Leite que depois de 20 anos – e ontem ainda estive com a Mona Zen, assessora da ex-prefeita Luiza Erundina, em programa de televisão, que desde 1988 não se fazia concurso na cidade de São Paulo. Conseguimos alocar recursos para o orçamento de 2006 para fazer o concurso em 2007 e efetivação em 2008-2009. Esse concurso público permitiu que houvesse uma grande expansão na rede de atendimento estatal, ou seja, através dos CREAS e dos CRAS.

Nossa preocupação ao acompanhar essa evolução foi sempre de avaliar quanto seria destinado a esses novos equipamentos – e aqui vejo nas rubricas específicas de operação e manutenção de espaços sociais – especialmente a 6225 e a 6236, operação e manutenção dos Centros de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS e a 6239, relativa aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Evidentemente houve um volume maior de recursos para construção, locação e reforma desses centros. Agora,

evidentemente, tem de dar manutenção. Alguns desses centros que na época estavam nas SAS – Supervisões de Assistência Social, em 2005 estavam totalmente sucitados. Não tinha equipamento, não tinha carro, alguns não tinham telefone! Outros tinham uma linha de telefone.

Cumprimento o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Aproveito para anunciar a presença do Líder do Governo, Vereador Roberto Trípoli, sempre presente.

O SR. FLORIANO PESARO – A preocupação hoje, Secretária Alda, é de fato que temos de ter recursos para manutenção. No entanto, não podemos ter um serviço de atendimento primário, que são os CRAS e os CREAS, como porta de entrada do serviço e não ter a retaguarda do atendimento propriamente dito que é feita, até o presente momento, de forma terceirizada, através de contratos de parcerias com organizações sociais. Organizações sociais aqui, não são as OSs, que estão só na Saúde e na Cultura. No caso, são organizações não governamentais.

Secretária, objetivamente esta é uma preocupação. Tivemos um êxito, graças ao entendimento do relator, no orçamento de 2009 que foi conseguir alocar 50 milhões de reais a mais no orçamento da assistência social, fruto de articulação da sociedade civil organizada com os vereadores, que é o local adequado para se fazer esse tipo de demanda. Graças ao entendimento com o Relator Milton Leite, conseguimos alocar 50 milhões que serviram para dar o famoso reajuste, que estava represado, de quase 19% na época.

Ficam duas questões: primeiro, nossa preocupação de não deixarmos a meta de ampliar serviços através dos instrumentos que são oferecidos, que são as organizações não governamentais que prestam esse serviço para a sociedade na Cidade. Outra observação é uma diminuição – e aí gostaria que a Secretária, ou alguém da sua equipe, explicasse por que houve diminuição na transferência de recursos federais para a assistência de São Paulo através do Fundo, que é a fonte 02. No Fundo Municipal de Assistência Social Tivemos uma

diminuição de recursos da ordem de quase 20 milhões de reais e também uma diminuição na fonte chamada “atividade projeto”. No entanto, tivemos uma ampliação. Sempre se pode dizer que estou defendendo o Governo do Estado mas o fato é que nos números, se olhar a fonte 02, que é a fonte estadual há, em quase todas as fontes 02 uma ampliação de recursos do Governo do Estado para a Prefeitura e, no entanto, há uma diminuição de transferência, fundo a fundo, da fonte de recurso 03 que é a fonte de recurso federal.

Queria também saber o que está acontecendo. Muito se fala do sistema único, da transferência fundo a fundo e estamos, no entanto, verificando, neste orçamento apresentado uma diminuição de recursos federais e uma ampliação de recursos estaduais.

Eram essas as minhas observações. Gostaria de voltar ao debate no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Esclareço que teremos a Secretária com uma série de perguntas e, impreterivelmente, às 11h, tenho de encerrar a presente sessão. V.Exa. citou um exemplo muito claro. Em momento oportuno, muito bem recordado por V.Exa., quando se pleiteou, pontualmente, 50 milhões de reais, o relator acolheu. Foi específico. Precisamos desse recurso para isso! Acolhi e foi utilizado, o dinheiro foi muito bem empregado e resultou em uma majoração do orçamento em efeito cascata até hoje. Uma vez que contemplamos o Orçamento, não foi só em 2009, nós pegamos 2010 e veio para 2011.

Conseguimos aquela vitória, foi um conjunto de forças, o meu acolhimento significou que numa audiência pública, no clamo, resultou de uma proposta concreta específica. Aí nós conseguimos modificar. E isso houve um efeito cascata até hoje. Quer dizer, o benefício se estendeu para o orçamento seguinte.

O SR. FLORIANO PESARO - Só para deixar uma indagação que pode nos ajudar na elaboração deste Orçamento, para a Secretária Alda, o seguinte: se há em alguma fonte, em alguma rubrica, que ela creia seja necessário repor recursos que eventualmente tenham sido cortados e que ela, como Secretária, não pode necessariamente ter esse embate no

macro, se nós aqui podemos alocar recursos do Orçamento para que possa servir de algum objetivo que não possa ser cumprido por conta de restrições.

E nós podemos aportar mais recursos, que é nosso interesse da Bancada de Vereadores, que é a bancada da Assistente Social, de aportar mais recursos para o orçamento da Secretária Alda.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Toda vez que a proposta foi encaminhada à relatoria de maneira sustentável como foi em outros momentos, ou pela Secretária ou pela sociedade civil, de maneira clara, a relatoria acolhe. Remaneja, cria, busca recursos, negocia com planejamento. Nós construímos naquele momento o que foi um resultado bom até hoje.

Passarei a palavra para a Sra. Alda Marco Antonio, lembro para que às 10h59min devolva-me para o encerramento.

A SRA. ALDA MARCO ANTONIO – Obrigada, Vereadores presentes, senhoras e senhores.

O senhor me permite começar pela última questão, que considero importantíssima, onde nós cremos que deve ser reforçado o Orçamento. Posso falar sobre isso?

O senhor me dá uma oportunidade interessante de pedir apoio a esta Casa. As atividades que devem ser reforçadas, porque o corte todos sabem, quem está aqui é especialista, o pessoal do COMAS, do FAS, as pessoas que estão presentes sabem que preparamos um orçamento de R\$1.209.326.852,00. Preparamos no COMAS esse orçamento, que ao chegar na equipe de finanças, que é formada pelo Planejamento e Finanças da Prefeitura, sofreu um corte de 20%.

É claro que precisamos repor. Queremos repor onde? (Palmas) Precisamos repor e quero contar com o apoio do Vereador Presidente e do Vereador que já foi Secretário e sabe das nossas agruras.

Tenho uma lista que posso passar, mas vou citar rapidamente. No gabinete precisamos de mais 7,5 milhões; na informática, 4 milhões; no observatório que trata dos

números, 2,5 milhões; nas 5 CAS, 1 milhão, 200 mil para cada uma; inserção social do idoso, 5 milhões; ação social educativa com família, 15 milhões; operação e manutenção dos centros de referência de assistência – os CRAS – 20 milhões; centros de serviço de população de rua, 4,5 milhões; proteção social especial à criança, adolescentes e jovens, 5 milhões; proteção social especial à adolescentes e medidas socioeducativas, 4 milhões; proteção e defesa da cidadania e população em situação de rua, 19 milhões; presença social de rua, 3,5 milhões; operação e manutenção dos centros de referência especializado de assistente social – CREAS -, 6 milhões; gestão de programas de transferência de renda, 3 milhões. Total de 85 milhões de reais, espero que, por favor, Vereador. Por favor, gostaria de contar com a sua ajuda.

Agora, vou voltar à ordem. Pensei que isso deveria ficar acordado entre nós. Muito obrigada.

Responderei à Sra. Dora Lima, fazendo isso, digo a todos os presentes que a minha palavra tem fé, não vim para enganar ninguém, nem para mentir. Portanto, fiquei surpresa que essa senhora tentou me desmentir. Tudo o que coloquei é verdade, fotografias e as pessoas sabem que os programas estão em andamento.

Com relação ao senso, à crítica, porque ela quer um senso qualitativo, creio que ela desconheça o que é um senso de população de rua, que já fizemos duas vezes: em 2000 e 2009. O senso, além da contagem, ele especifica o sexo, a idade, a condição, de onde veio, há quanto tempo está na rua e tem, em seguida, um tratamento qualitativo por amostragem, que tenta estabelecer o conhecimento da realidade dos que vivem na rua.

Não é apenas para o meu prazer de saber e responder essas questões. É para que eu, como gestora de política pública para essa área, possa incrementar os serviços para atender a essa população.

O caso que foi dito de uma pessoa que foi convocada, morando no Centro, para ir para a zona Leste para responder o questionário eu vou saber o que aconteceu. Se essa pessoa mudou ou se foi um engano. Claro, se você trabalha com uma população de mais de

200 mil pessoas, pode acontecer um engano. Mas vou verificar o que aconteceu e cuidar para que não aconteça mais.

O Sr. Wilian fez uma reclamação de que não estamos expondo o orçamento, vou repetir, estou falando com especialistas, o senhor é um especialista em orçamento e sabe que o orçamento está no *site* da Prefeitura, à disposição da Câmara e para todo mundo. Então, considero indevido o seu protesto. Obrigada.

O fundo com poucos recursos. Não. Nós estamos trabalhando e com promessa de continuar conversando com a equipe econômica o ano inteiro. Agora, que o orçamento está para fechar, acabamos de conseguir uma suplementação, que não estava no orçamento, de oito milhões de reais, para concluir as obras de reforma desse grande centro de convivência que estamos fazendo na rua Prates, que, aliás, por falha minha, não disse naquele momento que estava mostrando as fotos da reforma, que é em conjunto com a Secretaria de Saúde, que terá três equipamentos no mesmo local.

Então, nós vamos ter o acolhimento e a convivência de dia das pessoas preferencialmente da cracolândia, tem um albergue para 100 adultos, no mesmo local, e mais três unidades da Saúde no mesmo complexo. É uma novidade ter um equipamento de atendimento durante o dia, assistência social, junto com a Secretaria de Saúde. Isso é um avanço. Quem quiser, pode não crer assim, mas é um grande avanço na cidade de São Paulo.

Sr. Ubiratan é usuário de albergue e criticou as tendas. Eu me admiro muito que um usuário de albergue critique um equipamento que está dando um resultado extraordinário. Pessoas resistentes a ir para albergue, não reconhecer que é um avanço. No meu ponto de vista e de todas as pessoas que conheço que têm visto, consideramos um avanço.

Com relação à crítica sobre saúde, quero repetir o que tenho dito em todos os lugares onde tenho oportunidade: assistência social trata de pobreza, ela não é área de saúde, não entende e não pode tratar de pessoas dependentes, nem de doentes e nem de criminosos. Nos albergues chegam pessoas que estão sumidas, fugidas da polícia.

Os funcionários de albergues são especialistas em atender pessoas pobres, se tem uma pessoa doente no albergue o que ele tem de fazer é encaminhar para a rede de saúde. O Sr. Otávio citou que teve problemas na segunda noite acerca da questão da população de rua. Não sei se o senhor é um dos entrevistadores, mas não tive conhecimento. Quero dizer na oportunidade que este censo está sendo feito com monitoramento e que os censos passados não tiveram, inclusive, porque agora temos GPS's com muito mais facilidade e estou depositando uma grande esperança na qualidade deste terceiro censo de população de rua. As pessoas que estão dirigindo esse censo e as que estão acompanhando pela Secretaria são as que entendem do que estão fazendo e estou muito esperançosa.

Com relação ao questionamento do Sr. Laerte Brasil. Hoje temos atualizadas 206 mil famílias no Programa Bolsa-Família em São Paulo. A família que recebe menos de 120 reais por mês tem direito à bolsa. Se algumas existem em São Paulo que ainda não estão contempladas é porque a rede ainda não conseguiu alcançar estas pessoas ou estas pessoas não conseguiram chegar até a rede.

Com relação ao questionamento da Sra. Nazaré, a folga de Orçamento a que me referi foi a minha percepção de que a nossa negociação vai dar resultado, como deu em 2009, como deu agora o resultado de uma suplementação de oito milhões sem estar prevista no Orçamento. Então, tenho a esperança porque conversei em várias ocasiões com o Prefeito, com o Secretário Mauro Ricardo e com o Secretário Rubens Chammas, então estou tranquila com as nossas negociações.

A Sra. Ana falou da verba do BID. Usamos os cinco milhões em outras rubricas. O projeto do BID está parado num todo da Prefeitura, a área da assistência não está desvincilhada do programa geral da Prefeitura, as negociações estão em compasso de espera e nós utilizamos o recurso em outra atividade.

Os Crecas foram transformados em abrigos por uma questão até de justiça para com as crianças e adolescentes. A rede foi ampliada em 50% e os Crecas não foram fechados,

foram simplesmente transformados em abrigos.

A internação compulsória aconteceu no Rio de Janeiro e a imprensa e especialistas estavam cobrando uma posição semelhante da Prefeitura de São Paulo. Eu sempre respondi isso com muita clareza: para fazer internação compulsória precisamos de várias coisas. Em primeiro lugar, mudar a CF de 1988. Mudar também a LDB, a LOA, a Lei Antimanicomial e criar os espaços porque hoje no Brasil não tem espaço para fechar pessoas à força, que não queiram ser tratadas.

A Prefeitura de São Paulo, pelo menos na área da assistência e estou vendo que na área da saúde também, trabalha no estrito cumprimento dos limites da lei. É no convencimento. Quem não quer aceitar tratamento, não vai ser obrigado a aceitá-lo. Mostro nesta oportunidade um trabalho que estamos desenvolvendo, um trabalho que começou em janeiro deste ano, portanto, há dez meses, que é a Fazenda da Esperança. Não sei se todos conhecem o Programa do Frei Hans em Guaratinguetá. Aquela fazenda que cuida de dependentes químicos.

É um trabalho extraordinário! É uma fazenda composta de várias residências maravilhosas, 450 metros quadrados cada uma, onde são colocadas 10 pessoas em cada casa, organizadas por um coordenador que já foi uma pessoa drogada. É um ex-viciado, um ex-dependente.

E esse convênio que temos dispõe de um trabalho desenvolvido dentro da Cracolândia por uma senhora especialista, contratada por indicação da própria fazenda. Ela entra em contato com pessoas, atrai e convida essas pessoas para dentro de uma de nossas tendas. Lá, fazemos o esclarecimento do que é o tratamento e o que acontece nessa fazenda.

Quando a pessoa manifesta a vontade de conhecer, levamos imediatamente. Temos contratos com vans e levamos de imediato para que a pessoa conheça a fazenda.

Se elas manifestarem o desejo de ficar, então, passam por uma série de entrevistas.

O grande trabalho feito por nós nessa área é anterior à entrada da pessoa, pois para ser aceita na fazenda, ela tem de saber o que vai acontecer e concordar. É um trabalho que a fazenda faz só na área da laborterapia.

Nós já conseguimos encaminhar – vejam bem: desde janeiro trabalhando, não é fácil – vinte e quatro pessoas dependentes da área da Cracolândia e que estão em tratamento na Fazenda da Esperança.

Esse trabalho é extraordinário. O Frei Hans tem cinquenta e quatro fazendas no Brasil. Às vezes, ele encaminha algumas pessoas para locais de origem, por exemplo, duas daquelas que encaminhamos uma já foi para o Pará e outra para o Piauí. Lá existem fazendas semelhantes e as famílias dessas pessoas estão lá.

Então, estamos trabalhando não na área da Saúde, mas na reinserção social de pessoas através desse trabalho com a fazenda. É mais uma atitude nossa, que eu entendo na área da assistência, pois não envolve remédios, nem psicólogos.

Com relação ao Floriano, já respondi.

Olhem, não entendo a questão de que a lei não foi inserida no Orçamento. O Orçamento contempla. Os moradores de rua, vou lhe dizer - para que perceba quem me questionou e todos ou outros também – que volume tem: eles existem dentro do Orçamento.

Atendemos, contando com 400 entidades – mil e sessenta serviços na Cidade de São Paulo. Nesses mil e sessenta serviços, 117 são destinados a moradores de rua. No Orçamento de todas essas mil e sessenta serviços, atendemos perto de 220 mil pessoas, que são recebidas pelas entidades dentro desses serviços.

A população de rua – até hoje que eu saiba – entre os que vivem nos albergues e que não são considerados completamente moradores de rua, pois estão em processo de sair da rua, e os que vivem realmente na rua, o último número é 13.666.

Pois então, 13.666 pessoas consomem 20% do orçamento das 230 mil. É um setor pesado no nosso Orçamento. Dizer que não foi contemplado no Orçamento é realmente

um engano, um equívoco.

Vereador, me perdoe, estou completando com 5 minutos de atraso, mas foram muitas perguntas, não quis deixar nenhuma sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quero registrar, antes do término dessa Audiência Pública, a presença dos Srs. Vereadores: Antonio Carlos Rodrigues, Presidente desta Comissão de Finanças e Orçamento; Francisco Chagas; Donato; Atilio Francisco, Roberto Tripoli – já mencionado -; Aníbal de Freitas; e Celso Jatene.

Lembro que a íntegra dessa audiência pública consta de notas taquigráficas e serão anexadas ao projeto.

Agradeço a Dra. Alda Marco Antônio pela participação e colaboração.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
